

O fim do estado de graça?

EXPRESSO, 21.1.95

O FUTURO do Governo de unidade nacional entre brancos e negros na África do Sul apresenta-se enevoado, no seguimento de uma violenta discussão entre o Presidente Nelson Mandela e o vice-presidente F.W. de Klerk, durante uma reunião do gabinete.

Há muito que se faziam sentir as tensões subterrâneas que acabaram por vir à superfície numa discussão entre os dois homens sobre garantias de imunidade — prevenindo acções judiciais por crimes políticos cometidos durante o «apartheid» — concedidas a 3500 polícias e a dois ministros poucos dias antes das eleições de Abril, que levariam ao regime de maioria.

Mandela acusou De Klerk de má fé. Aparentemente, exaltou-se, acusando o líder do Partido Nacional de sabotar políticas concretas e prejudicar o «programa de reconstrução e desenvolvimento» governamental, destinado a remediar os terríveis problemas sociais existentes entre

a comunidade negra. Face à fúria do Presidente, o Conselho de Ministros rejeitou por maioria a concessão das garantias.

De Klerk reagiu ameaçando sair do governo de unidade nacional, a não ser que o ANC apresentasse desculpas pelo insulto. No discurso de abertura do congresso nacional do seu partido disse que havia sido «violentamente atacado» e «insultado».

A disputa foi ultrapassada depois dos dois políticos a terem minimizado. Afirmaram que mantinham a confiança mútua, pretendendo ambos um novo começo. No entanto, ficaram no ar interrogações sobre a capacidade dos dois homens prosseguirem uma relação de trabalho e a sobrevivência do Governo de coligação face ao aparente antagonismo pessoal instalado entre ambos.

«Esqueletos no armário»

O ANC declarou imediato apoio ao Presidente no

seu confronto com De Klerk, emitindo uma declaração em que se dizia ser «boa altura para que os altos responsáveis do Partido Nacional percebam que não podem continuar a fazer o que quer com as leis do país, tal como sempre fizeram durante o 'apartheid'».

Acusando os nacionalistas de tentarem «arrastar o nome do ANC pela lama» à medida que «vão mergulhando na decadência política», a declaração exortava todos os ministros a «procurar quaisquer possíveis irregularidades nos seus ministérios que pudessem ter sido herdadas da era do 'apartheid'». E acrescentava: «Será no interesse do país e do seu povo iniciar uma limpeza geral nos ministérios e a busca dos gordos esqueletos do 'apartheid'».

A natureza destes «esqueletos no armário» é agora objecto de especulação. Pode ter-se uma ideia dos crimes envolvidos pelo que se sabe de um dos mi-

nistros que beneficiou do perdão, Adriaan Vlok, responsável pela Polícia no Governo do Partido Nacional. As acusações perdoadas relacionam-se possivelmente com o envolvimento de Vlok num ataque à bomba à sede do Conselho de Igrejas da África do Sul em Joanesburgo, em 1988.

É de facto muito importante para De Klerk proteger homens como Vlok ou a polícia, já que as suas acções também o responsabilizam, na medida em que De Klerk era então presidente do país. Mas a única ameaça que pode fazer ao ANC é dizer que se demite. O problema é que não pode levar por diante essa demissão. Além de saber que é do interesse nacional que o país seja governado em coligação, De Klerk também reconhece que não existe qualquer papel que os nacionalistas possam desempenhar fora do Governo.

DAVID BERESFORD
correspondente em
Joanesburgo

A ameaça de vinte milhões de minas

PÚBLICO, 21.1.95

QUINZE a 20 milhões de minas começam agora a ser localizadas em Angola, para um processo de desminagem que vai durar pelo menos 10 anos e sem o qual se torna bastante difícil o regresso a casa de centenas de milhares de pessoas desalojadas pela guerra.

O problema das minas é um dos que está a ser tratado pela Comissão Conjunta e pelos estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da UNITA, mas o ritmo de implementação do Protocolo de Lusaca ainda deixa muito a desejar.

Depois da reunião de quinta-feira à tarde na cidade do Huambo, a Comissão Conjunta (CC) vai no dia 26 ao Bailundo, uns 70 quilómetros a Nordeste, na mesma província, onde deverá ser recebida pelo presidente da UNITA, Jonas Malheiro

Savimbi, que aí tem actualmente o seu estado-maior.

Entretanto, o general governamental Higinio Carneiro disse ontem ao PÚBLICO que o partido de Savimbi propôs que a próxima sessão de trabalho dos militares seja na capital, durante a próxima semana, depois da que no dia 10 se efectuou em Chipipa, na província do Huambo.

A eventual reunião dos estados-maiores em Luanda iria permitir que os homens da UNITA fossem progressivamente perdendo o medo do seu regresso à sede do poder, onde em 1992 sofreram um forte desastre, tendo perdido o vice-presidente do partido, Jeremias Chitunda, e o secretário-geral, Alicerces Mango.

A espera de concretização está ainda uma sessão especial

da CC com o Presidente José Eduardo dos Santos, no Futungo de Belas, arredores de Luanda, pois que na segunda-feira teve de ser adiada «sine die» quando a comissão se reuniu de emergência, devido à proliferação de incidentes pelo país fora.

Tirando-se do seu habitual optimismo, o representante local das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, criticou esta semana a lentidão com que as duas partes concretizam aquilo com que elas próprias se comprometem. Mas reconheceu que os 260 observadores internacionais presentes em Angola já se podem agora deslocar tanto às zonas sob controlo do Estado como às que se encontram ainda em poder da UNITA. E é sabido que hoje tanto pessoal da ONU como dos países observadores do processo angolano,

Portugal, Estados Unidos e Rússia, vão à Jamba, avaliar as necessidades alimentares que se fazem sentir nesse antigo bastião do Galo Negro.

Quinta-feira à tarde, no Huambo, a CC atribuiu aos militares de Savimbi a responsabilidade pela maior parte dos incidentes que dias antes tinham feito uma centena de mortos em diferentes regiões angolanas. Mas, entretanto, há que resolver também o problema específico de Cabinda, cujo governador cessante, Augusto Tomás, economista de 37 anos, foi esta semana nomeado ministro das Finanças, em substituição de Álvaro Craveiro, depois de a inflação nos 12 meses que terminaram em Outubro haver totalizado mais de 815 por cento. ■

Agulhar dos Santos, em Luanda,
com AFP e Lusa

NOVO GOVERNO PARA UM NOVO ANO

NOVO JORNAL, 10.1.95

Os destinos de Cabo Verde neste novo ano de 1995 vão ser liderados por um novo governo empossado pelo magistrado máximo da Nação, quinta-feira, 5 de Janeiro. Com uma estrutura profundamente remodelada, este governo integra, pela primeira vez, onze ministros e três secretários de Estado.

Textos: Arminda Barros

Fotos: José Maria Borges

O chefe de Estado, António Mascarenhas Monteiro, conferiu quinta-feira última, 5 de Janeiro, posse ao novo governo de Carlos Veiga, remodelado nos últimos dias de 1994.

Numa cerimónia marcada pela ausência dos habituais discursos quer do primeiro-ministro, quer do presidente da República, foram empossados os seguintes novos membros do governo: José Tomás Veiga, ministro dos Negócios Estrangeiros; Úlpio Fernandes, ministro de Estado e da Defesa Nacional; António Gualberto do Rosário, ministro da Coordenação Económica; Maria Helena Semedo, ministra do Mar; José António Pinto Monteiro, ministro da Agricultura; Ondina Ferreira, ministra da Educação e Desportos; José Luís Livramento, secretário de Estado da Economia; e José Ulisses Correia e Silva, secretário de Estado das Finanças. Antó-

nio Pascoal dos Santos foi reconduzido no cargo de secretário de Estado da Emigração e Comunidades.

Após a cerimónia de posse, que teve lugar no Salão Nobre da Presidência da República, os secretários de Estado das Finanças e da Economia, nas suas primeiras declarações à imprensa, na qualidade de governantes deste país, manifestaram a sua disposição em trabalhar no sentido de poder justificar a confiança que neles acaba de depositar o primeiro-ministro.

José Ulisses Correia e Silva considerou importante nestas suas novas funções "fazer um trabalho de equipa", ou seja, uma vez que a secretaria de Estado das Finanças está enquadrada dentro do ministério da Coordenação Económica, "fazer todo um trabalho de modernização de estruturas e também de suporte a toda a política do governo".

Neste particular, o secretário de Estado das Finanças espera poder realizar um bom trabalho e negou toda a especulação segundo a qual anunciase uma contenda entre o secretário de Estado das Finanças e o actual director do Orçamento.

Por sua vez, o novo secretário de Estado da Economia, José Luís Livramento, define a assunção das suas funções como uma missão cívica em favor de Cabo Verde. Questionado sobre os motivos que o levaram a aceitar tais responsabilidades à frente do sector da economia, num ano decisivo para o mandato do seu partido, José Luís Livramento garante: "não se vai iniciar nada. Vai-se dar continuidade aos dossiers já existentes e em fase de maturação".

ASSINE JÁ • LIGUE
ASSINE JÁ • LIGUE
ASSINE JÁ • LIGUE
ASSINE JÁ • LIGUE



531-2000 RAMAL 259
531-2000 RAMAL 259
531-2000 RAMAL 259
531-2000 RAMAL 259

“UMA REMODELAÇÃO DESEJADA”

— defende o chefe do governo

NOVO JORNAL, 10.1.95

Em briefing com a imprensa, na última sexta-feira do ano transacto, o primeiro-ministro, Carlos Veiga, considerou que a presente remodelação do seu executivo constitui “uma remodelação desejada como a figuração daquilo que pensamos deverá ser o executivo da próxima legislatura e daquilo que deverá ser o executivo para enfrentar os novos desafios que, finda a fase de infraestruturação, o país vai ter de enfrentar e vencer para que não nos fiquemos apenas pelo betão, mas por uma utilização produtiva e correcta para Cabo Verde desse betão”.

Esta quarta remodelação do governo, nas palavras de Carlos Veiga, longe de ser um sinal de instabilidade, como defendem alguns, é, sim, sinal de flexibilidade, de adaptabilidade e de elasticidade em relação às diversas

circunstâncias e aos diversos objectivos a atingir.

Por outro lado, fez saber, a presente remodelação vem acompanhada de uma reestruturação profunda por forma a adaptar o governo em relação às fases que vão ocorrer brevemente, quando já se vê o fim da fase de infraestruturação, todas as grandes obras estão em processo de arranque efectivo, mostrando-se já necessário pensar na fase seguinte que é como utilizar correctamente as infra-estruturas, como explorá-las adequadamente no plano e no quadro da estratégia do desenvolvimento de Cabo Verde, ou seja, como incentivar a produção, como fazer com que a iniciativa privada, designadamente em áreas de acumulação como são as das pescas, da marinha mercante e do turismo, como incentivar o sector privado a desempenhar o seu papel

correctamente.

E isso explica, no seu entender, por exemplo, a criação de um ministério do Mar, juntando sectores que estavam distribuídos pelas áreas das infraestruturas e das pescas e explica também a ideia de integrar num único ministério a área económica, o que, como pensa, “irá facilitar a coerência de políticas nessa área e aumentar a eficiência e a eficácia das acções que vão ser levadas a cabo”.

Numa referência à saída dos ministros considerados independentes e o regresso ou a inclusão de altos dirigentes do Mpd, o primeiro-ministro esclareceu que as saídas de Manuel Faustino e Manuel Chantre não foram desejadas porque saíram a seu pedido,

Continua na pág. 3

“COMPLETA AUSÊNCIA DE UM MODELO ORGANIZATIVO”

— PCD critica mudanças no governo

O Partido da Convergência Democrática, PCD, reagiu à remodelação do governo no mesmo dia do anúncio da mesma, manifestando tê-lo feito “sem grandes surpresas”. Em nota dirigida à imprensa, o partido de Eurico Monteiro considera ser esta “a sétima remodelação governamental num período de quatro anos num país de poucos recursos económicos e financeiros em que a estabilidade da equipa governativa é um factor fundamental de maximização dos resultados da governação”.

Com as remodelações sucessivas, e sem quaisquer resultados acrescidos, assinala o PCD, “o poder veicula uma imagem de completa ausência de um modelo organizativo capaz de executar com eficácia a política anunciada pelo governo”.

Com a reestruturação anuncia-

NOVO JORNAL, 10.1.95

da, frisa o comunicado, “mais uma vez não se vislumbra qualquer racionalidade nas operações de mudança da equipa e da estrutura governamental, detectando-se, sim, por um lado, a preocupação de dar satisfação a pressões de sectores radicais do partido ainda no poder (afastamento de ministros considerados pouco populistas), e, por outro lado, a intenção de transferir peças consideradas importantes de áreas onde o seu desempenho tem sido marcado por problemas e conflitos”, mantendo-se curiosamente no governo, “titulares de sectores fustigados pelas incidências de escândalos políticos e económicos”.

Outrossim, esse partido critica a reintegração no governo, num sector chave para o desenvolvimento económico do país, de “quem deu já provas de inadequação para o exercício de funções governativas, pon-

do inclusivamente em causa a operacionalidade mínima na execução de importantes projectos de desenvolvimento”.

Por outro lado, frisa o PCD, são criados artificialmente ministérios para dar satisfação a interesses do MpD, ao mesmo tempo que se subalternizam áreas consideradas estratégicas no próprio programa do governo, como o turismo, por exemplo, o que, segundo esse partido oposicionista, “vem comprovar que a lógica da remodelação nada tem a ver com a ideia de trazer eficácia e produtividade à actividade de governação, procurando-se, de forma desajeitada, reter uma imagem deteriorada pelos fracos resultados obtidos em quatro anos de governação e por fortes indícios de corrupção”.

Mais do que isso, assinala o PCD, na sua nota à imprensa, “é ponto assente que, a um ano de decisivas eleições, este governo vai fazer tudo menos governar”, preocupando-se, sim, em “desbaratar os dinheiros públicos em campanhas eleitorais e em obras de fachada, a ver se consegue afastar a imagem de poder incompetente e ao serviço de clientelas políticas que hoje justamente dele têm os cabo-verdianos”.

A.B.

“UMA REMODELAÇÃO DESEJADA”

respeitando as razões de carácter pessoal apresentadas. João Higino do Rosário e Manuel Vicente Silva estão predestinados a funções estratégicas que vão ser anunciadas brevemente, disse.

Reestruturação, ponto de honra

Mas o essencial da presente remodelação, notou Carlos Veiga, é a reestruturação que “não tem a ver com entrada ou saída de independentes ou não independentes”, que sempre estiveram engajados com o programa do governo do MpD. Por outro lado, observou, o novo elenco aparece com uma estrutura reduzida, nacionalizada.

As razões da tutela das áreas da cultura e da comunicação social por um ministro de Estado e da Defesa Nacional foram explicadas pelo chefe do executivo, o qual defendeu que o Estado, como é sabido, não pretende ser agente de cultura, que tem de ser feita pelos homens de cultura, devendo sim criar as condições para que estes, com criatividade, de facto se

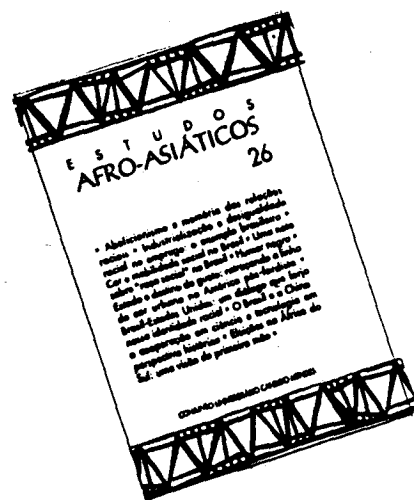
exprimam.

A mesma mensagem ficou expressa no que concerne à comunicação social, no entendimento de que não deve ser o Estado a fazer a comunicação social a qual deve ser feita com independência e com autonomia em relação àquele, a quem devem caber funções de criação de condições para que haja uma comunicação social isenta, objectiva e desenvolvida em Cabo Verde.

No fundo, precisou, o que se quer é dar uma coerência diferente a esses sectores e criar condições para que cumpram as suas funções e possam caminhar para o desaparecimento do conceito de tutela, assegurando aos órgãos uma maior autonomia de gestão e de acção.

Neste particular, o cenário anunciado é a fusão da rádio e televisão nacionais, enquanto o NJC deverá desaparecer como órgão do Estado, podendo ser privatizado ou ter outra solução que deve acontecer ainda no decurso deste mandato. Tudo deve ser feito com calma, tempo e diálogo, prometeu Carlos Veiga.

A.B.



"ESTA REMODELAÇÃO É UM NEGÓCIO"

— garante o PAICV

NOVO JORNAL, 10.1.95



Aristides Lima

Já em conferência de imprensa, concedida um dia após o anúncio da remodelação ao país, o PAICV, na pessoa do seu secretário-geral, defendeu que "esta remodelação de que o país acaba de tomar conhecimento é um negócio: é um negócio do MpD e do primeiro-ministro no fim da legislatura".

Um negócio que não serve o país e os cabo-verdianos, diria Aristides Lima, para quem, por um lado, "o primeiro-ministro entendeu afastar particularmente os ministros independentes ou "cívicos", preferindo recrutar altos dirigentes do movimento no poder que, porventura, darão mais garantias nas campanhas".

Por outro lado, como notou, quis o chefe do governo "desenhar um triângulo de poder cujos vértices são representados por ele, pelo irmão,

que colocou à frente do MNE, e pelo amigo que se notabilizou no parlamento como defensor do casamento Empa-Nordicave, ao qual confiou as pastas principais da economia".

No entender do líder do PAICV, esta remodelação "não traz qualquer competência adicional, nem tão-pouco qualquer experiência particular para as áreas chaves como as da economia e das finanças, ao mesmo tempo que, assegura, se está à frente "de um executivo fechado nas masmorras partidárias, havendo, por conseguinte, uma perda intencional da abertura à frescura da participação política, sem base partidária".

Do ponto de vista estrutural, também é opinião do PAICV que não se vislumbra uma distribuição racional do poder. A única coisa que poderia ser vista como positiva, salienta, seria a criação do ministério do Mar, se

esta criação não tivesse vindo à luz com quatro anos de atraso "e depois de se ter há algum tempo criado o caos no ministério das Pescas, Agricultura e Animação Rural, segundo o princípio, depois de mim o dilúvio".

Concentração de poderes

De acordo com Aristides Lima, esta sexta remodelação do governo em quatro anos prova de três uma: ou que o primeiro-ministro é "um apaixonado consciente da instabilidade ministerial, ou aposta permanentemente em cavalos errados ou, então, ele não está interessado na boa governação de Cabo Verde".

A seu ver, trata-se de uma remodelação "com reconcentração do poder nas mãos do primeiro-ministro que ficará, por interposto ministro do Estado, como último responsável pela comunicação social, pela cultura e pelo ambiente", sendo igualmente notória a concentração do poder também na área da economia.

Aristides Lima considera, por outro lado, que a remodelação, nestas áreas, foi "uma autêntica caixinha de surpresas". Primeiro, pela promoção inesperada pelo público da ministra Ondina Ferreira; segundo, porque Carlos Veiga "deve ser o único chefe do governo do mundo a misturar a defesa com a área da comunicação social, da cultura e do ambiente".

Causa ainda mais estranheza, diz esse secretário-geral, ver que o primeiro-ministro "deve ser um dos rarríssimos, para não dizer o único estadista do planeta que coloca a pasta da soberania, que é a defesa nacional, nas mãos de um major, na reserva, de uma potência estrangeira, ainda que amiga, como se o argumento da dupla nacionalidade dispensasse aos cabo-verdianos do dever patriótico de zelarem pelo seu viver soberano no mundo".

Da mesma forma, assinala Aristides Lima, com esta remodelação o governo não reconhece a emigração como prioridade, uma vez que não deu ouvidos às reivindicações das comunidades emigradas nesse sentido.

A concluir, o secretário-geral do PAICV garantiu que este governo "tem uma única sina, a de terminar, em desespero e sem soluções para o país, a campanha eleitoral permanente, executando o testamento do governo que foi e é o último orçamento aprovado pela maioria na Assembleia Nacional". A.B

Angola na difícil concretização da paz

Comissão Conjunta vai ao Huambo

PÚBLICO, 15.1.95

A COMISSÃO Conjunta (CC) encarregada de levar à prática a aplicação do Protocolo de Lusaca deverá deslocar-se dia 19 à província do Huambo, a fim de aí se reunir, na "Angola profunda", com a possível presença do líder da UNITA, Jonas Savimbi, depois de amanhã mesmo ser recebida no Futungo de Belas, junto a Luanda, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O representante das Nações Unidas no processo angolano, Alioune Blondin Beye, disse na sexta-feira à noite que durante a semana que ora começa tenciona ir ao Bailundo, que é actualmente — na prática — a capital do Galo Negro, mas não confirmou nem desmentiu que Savimbi esteja predisposto para no dia 19 se reunir com a CC, designadamente na cidade do Huambo.

A zona de Luanda já mantém desde o fim do século XV contactos regulares com Lisboa, mas as terras do Planalto Central de Angola, onde se situam as províncias do Huambo e do Bié, só muito mais tarde é que começaram a ser cruzadas

pelos portugueses, tendo a cidade que durante algum tempo se chegou a chamar Nova Lisboa sido criada em 1912 pelo general Norton de Matos. Dai, além de outros factores, a grande diversidade cultural e até mesmo as animosidades que ainda hoje se fazem sentir entre as diferentes parcelas do todo angolano, que ainda não constituem propriamente uma nação, no sentido tradicional do termo. E, por isso mesmo, a necessidade de a ONU e os observadores estrangeiros saberem manter sempre o equilíbrio entre o seu relacionamento com a capital e o diálogo com os políticos que têm vivido predominantemente no interior, como é o caso de Jonas Savimbi.

Esta deslocação à província do Huambo do representante de Butros Butros-Ghali e dos observadores português, norte-americano e russo na CC precede a reunião que dia 25 deverão ter, possivelmente no Cuanza Sul, os chefes dos estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), João de Matos, e da UNITA, Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben".

Remodelação à vista

Reportagem no Planalto Central de Angola

Huambo, uma cidade esventrada

PÚBLICO, 16.1.95

Catarina Gago da Silva*,
no Huambo

Huambo, a "menina bonita" do Planalto Central de Angola, é hoje uma cidade fantasma, sem água nem electricidade, onde uma parte substancial da população decidiu empreender uma fuga desesperada para Luanda, a capital que já tem de aguentar quase metade de todos os habitantes do país.

Quando os jornalistas abandonavam, na semana passada, o avião militar que os transportou à cidade do Huambo, ponto de partida para a localidade de Chipipa, onde se reuniram as chefias militares do Governo angolano e da UNITA, ficaram boquiabertos com a autêntica invasão de populares à procura de boleia para Luanda.

Por desumano que possa parecer, a impressão mais forte não foi a violência da polícia que, à bastonada, tentava manter uma fila "justa", formada de acordo com a chegada, mas o desespero com que cada um tentava fugir à dura vida que uma cidade ocupada durante mais de um ano e meio pelas forças da UNITA tinha imposto.

O general João de Matos disse já ao PÚBLICO que recusaria um eventual convite para ministro da Defesa, aquando da remodelação governamental que se espera para as próximas semanas e que poderá muito bem atingir, entre outros, o titular da pasta do Plano e da Coordenação Económica, José Pedro de Moraes.

O Bureau Político do MPLA deverá dentro de alguns dias dar a luz verde para a nova equipa com que o primeiro-ministro Marcelino Moco trabalhará, antes de eventualmente vir a ser substituído no cargo durante o segundo semestre deste ano, quando houver condições para a UNITA preencher os postos que lhe estão prometidos no Governo.

João de Matos tem sido apontado em meios políticos de Luanda como um possível sucessor do general Pedro Maria Tonha, "Pedalé", que há bem mais de uma dúzia de anos se encontra à frente do ministério da Defesa, dizendo-se que nesse caso o novo chefe do Estado-Maior das FAA poderia vir a ser Pedro Neto, actualmente à frente da Força Aérea.

Os jogos de adivinhação quanto a remodelações ministeriais e até a uma certa dança de cadeiras dentro do MPLA são sempre muito apreciados nos meios mais politizados da cidade de Luanda, onde se admite desde já que por todo este ano o partido no poder efectue um congresso em que poderá até acabar com o cargo de presidente.

Alguns sectores partidários entendem que José Eduardo dos Santos se deveria desligar, pelo menos formalmente, do MPLA, para melhor cumprir por inteiro as suas funções de Chefe de Estado. Mas ninguém crê que, mesmo de fora da máquina partidária, o Presidente da República dê liberdade plena ao secretário-geral, continuando ele a ser ou não Lopo do Nascimento, para gerir como muito bem entender a formação política que em Novembro de 1975 proclamou a independência.

No congresso que desde já se adivinha é provável uma renovação do Bureau Político, para o qual poderiam muito bem entrar figuras como o actual ministro das Obras Públicas, Pitra Neto, que tem 42 anos e é um dos candidatos à substituição de Marcelino Moco no lugar de primeiro-ministro. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

O contributo das organizações humanitárias na província do Huambo não é suficiente para resolver o problema da população que permaneceu no seu local de origem, após a reconquista da cidade que se chamou Nova Lisboa pelas forças do Governo.

Tão pouco o Estado consegue diminuir as carências de toda a espécie sentidas por aquela gente humilde e quase sem família, que apesar de tudo tenta sobreviver.

O grande contraste, ou as grandes contradições, residem no facto de um mercado, seriamente degradado pela guerra e pela ausência de recuperação, vender garrafas de vinho ou de whisky, como se estes fossem os alimentos básicos de uma população altamente carenciada.

Apetece perguntar por que razão é possível vender bebidas alcoólicas importadas e quem é que as coloca no mercado, numa altura em que se ignoram os bens de primeira necessidade que poderiam dar um pequeno alento a uma população martirizada pela guerra.

As carências

Continua na pág. 6

Continuação da
pág. anterior

Huambo, uma cidade esventrada

No tempo escasso em que a reportagem da agência Lusa "passeou" pela cidade do Huambo, foi possível captar a sensação que devem ter os seus escassos habitantes, em grande parte crianças, que olhavam e acompanhavam os jornalistas como se eles fossem seres extraterrestres.

Um joguinho de bola num dos principais jardins da cidade serviu para mostrar que os jovens angolanos continuam a seguir a "magia" do futebol, mesmo de barriga vazia.

Sonhar com Portugal

Enquanto procurávamos perceber a dimensão dos estragos sofridos pela cidade, onde se circula agora sem a presença incómoda de militares mais papistas do que o papa, encontramos famílias que, não obstante o sofrimento por que passaram, ainda nos convidavam a ficar a viver no Huambo; ou, em alternativa, nos perguntavam se não as poderíamos levar para Portugal.

Duas irmãs que ocuparam as instalações da antiga e próspera empresa portuguesa Sorel, junto das actuais instalações da

Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem), foram protagonistas de um diálogo, ora divertido ora dramático, sobre a vida na cidade do Huambo.

Uma com seis filhos e a outra com quatro, contavam de uma forma quase divertida o sofrimento por que passaram durante a ocupação pela UNITA. Hoje, já sob o controlo do Governo, continuam a dizer que há muita fome e miséria e que à noite a cidade fica escura como breu, "até dar medo".

Que faz toda esta gente no Huambo? Nada. Roçam o corpo pelas paredes, à espera que o dia se faça noite e que outro dia e outra noite se sucedam. Nada de produção, nada de riqueza.

A medida que vamos espreitando a cidade, o coração vai doendo. É que esta bela terra do centro de Angola, cheia de belas vivendas e de edifícios de vários andares, sobretudo na Avenida 5 de Outubro, está indelevelmente marcada pelas balas. Algumas construções são esqueletos da grandiosidade e ostentação do período colonial.

Ainda na parte baixa, o edifício do Banco de Angola, em sólida arquitectura, tem a sua intimidade devassada, já que nem uma porta ou janela ficaram para

amostra e muito menos os cofres, "que os ocupantes se encarregaram de fazer desaparecer", segundo alguns residentes disseram à Lusa.

Do palácio do Governo já muito se falou, mas ninguém disse da incrível proeza de se ter deixado o esqueleto de um automóvel entre as colunas de uma das entradas da casa, que desde há muitas décadas abrigou as autoridades, quer no tempo colonial quer após a independência.

Depois, a reportagem caminhou para o sítio da Bomba Alta, um pequeno complexo da Cruz Vermelha, que realiza o milagre diário de assistir, alimentar e educar uma população sem recursos, através do trabalho inesgotável e anónimo de umas quantas pessoas.

Os repórteres encontraram uma enfermeira portuguesa, de ar franzino mas decidido, que todas as madrugadas se levanta às quatro horas para percorrer a zona limítrofe do Huambo no cumprimento de uma missão que agar-

rou com ambos os braços e o coração inteiro.

Dali, demos um salto até à Chipipa, à beira da estrada que leva ao Bailundo. São 26 quilómetros de troço esburacado que um jipe com tracção às quatro rodas leva uma hora a percorrer, por entre um verde intenso onde predomina a cultura do milho.

[...] Mais tarde, já exaustos e saturados pela demora na divulgação do comunicado conjunto das conversações entre os estados-maiores, sentámo-nos nas escadas de uma pequena capela; e surgiu inesperadamente alguém com bolachas, na tentativa de tapar o buraco de um dia sem refeições.

Devorámo-las com ansiedade e, sem que nos apercebéssemos, sob a observação atenta de um grupo de crianças de vestuário esfarrapado. Até que, às tantas, uma criança dirige-se até nós, devagar, com uma timidez que parecia cheia de medo. Baixa-se e apanha um quarto de bolacha caído no chão.

Sempre com o mesmo passo, regressa ao grupo onde estavam os companheiros e, solidariamente, reparte pequenas migalhas por todos eles. ■

* enviada da agência Lusa

SOCIEDADE

Moçambique prepara operação antidroga sob pressão norte-americana e dos seus vizinhos

Maputo paraíso do narcotráfico

PÚBLICO, 16.1.95

José Pinto de Sá,
em Maputo

Sob pressão norte-americana, Moçambique, que se tornou no maior corredor do narcotráfico na África Austral, prepara-se para desencadear uma vasta operação antidroga. De facto, Maputo já tem entrega domiciliária de drogas "duras" mediante encomenda telefónica válida 24 horas por dia, e os "libefais"

locais começam a defender a "suruma" nacional contra as drogas importadas.

As autoridades moçambicanas anunciaram que vão finalmente desencadear uma vasta operação antidroga em todo o país, hoje considerado o maior corredor do narcotráfico na África Austral. Para a preparação da campanha, Moçambique beneficiou do apoio técnico dos Estados Unidos, que há muito vêm pressionando Maputo a tomar medidas concretas neste domínio.

A amplitude que o problema atingiu preocupa seriamente pai-

ses vizinhos como a África do Sul e a Suazilândia, que já realizaram encontros com as autoridades moçambicanas para tentar estancar o contrabando de armas e droga nas fronteiras comuns.

A existência de intenso tráfico, por via terrestre, de Moçambique para a África do Sul, é confirmada pelo Observatório Geopolítico das Drogas (OGD), uma Organização Não-Governamental (ONG) francesa que reúne os maiores especialistas mundiais do assunto.

Um relatório do OGD divulgado em Paris revela igualmente a existência de laboratórios de drogas sintéticas em território moçambicano. A imprensa sul-africana tem anunciado frequentemente casos de contrabando de droga proveniente de Moçambique, nomeadamente grandes quantidades de Mandrax, um produto com larga procura entre os consumidores mais pobres.

No entanto, à semelhança de

outros países africanos, Moçambique funciona sobretudo como zona de trânsito entre a Ásia e a Europa, com um ramal ligando à África do Sul. No caso do haxixe e da heroína, a droga é oriunda do Paquistão, em trânsito para a Europa. A cocaína também passa por Maputo a caminho da Europa, mas proveniente da África do Sul.

As organizações da droga operam em coordenação por toda a África Austral, à semelhança dos traficantes de armas e de automóveis roubados, e utilizam várias "portas" de entrada na Europa. A ligação aérea regular Maputo-Lisboa é uma das rotas muito frequentadas por "pombos-correios", recrutados muitas vezes entre e pessoal aeronáutico e até diplomático.

Continua na pág. 7

Continuação da pág. anterior.

Maputo paraíso do narcotráfico

Diplomata assassinado

Quando o embaixador moçambicano na Zâmbia foi assassinado, os rumores mais insistentes garantiam que o crime se prendeu com uma história de droga. Shaffurdin Khan, um veterano da diplomacia de Maputo, fora enviado como embaixador para Lusaka a fim de pôr termo a alegadas irregularidades que ali ocorriam, incluindo o narcotráfico, envolvendo moçambicanos.

Aparentemente, as investigações que Khan empreendeu tornaram-no demasiado perigoso. Ameaçados de se ver desmascarados, os traficantes terão recrutado os sicários que o liquidaram. Os dois homens que a polícia zambiana prendeu e levou a tribunal sustentaram que tinham penetrado na embaixada "para roubar", acabando por matar o diplomata "somente quando este os surpreendeu e tentou deter". Essa explicação, porém, deixou muita gente insatisfeita em Maputo.

A opinião pública moçambicana acredita que o negócio das drogas envolve também políticos, empresários asiáticos que agem em Moçambique e altas patentes das forças militares e policiais.

A impunidade com que agem os "dealers" maputenses, por exemplo, não pode deixar de levantar suspeitas de corrupção entre membros das polícias judiciárias,

aduaneira e de segurança pública.

Também em Moçambique "a desintegração do sistema comunista e a abertura das fronteiras completaram o processo de mundialização da economia da droga", como escreveu Christophe Nick no seu trabalho "Narco-Planète".

Referindo-se aos ex-comunistas convertidos em neocapitalistas mafiosos, Nick interroga: "Quando se pode fazer desaparecer comboios inteiros de minério de ferro, porque hesitar perante umas centenas de quilos de um minério qualquer?"

Heroína e cocaína

Embora a maior parte da droga atravessasse Moçambique em trânsito para outros países, o restante chega para inundar o mercado local em quantidades alarmantes. A cocaína é vendida ao consumidor aproximadamente a 55 dólares (cerca de 8.700 escudos) o grama, e a heroína a menos de metade.

Ambas são transaccionadas em Maputo por numerosos "dealers", cujas identidades e moradas são do conhecimento público. Alguns oferecem mesmo um serviço de entrega ao domicílio, mediante encomenda por telefone, funcionando 24 horas por dia. Num dos bares mais concorridos pelo "jet-set" maputense, por exemplo, a cocaína circula livremente e as "linhas" fazem-se às claras, em cima das mesas.

O haxixe, por sua vez, encontra-se sobretudo no Bairro Militar. Antigos combatentes vêm à janela dos automóveis vender o produto, que inundou o mercado há dois anos a preços baixíssimos.

De elevado teor opiáceo, o haxixe localmente disponível é vendido em barras de um quilo, a menos de 140 dólares (menos de 22.500 escudos) cada. Fornecidas em embalagens de café sob vácuo, as barras chegaram ao porto de Maputo em contentores oriundos do Paquistão, segundo informação dos próprios "dealers".

Apesar da transparência nas transações, as autoridades policiais moçambicanas não anunciaram até à data quaisquer detenções de traficantes de drogas "duas". As únicas apreensões efectuadas, algumas das quais reportadas pelo canal estatal TVM e pela imprensa pro-governamental, limitam-se a retalhistas de marijuana, localmente conhecidas pelo nome de suruma.

Produto nacional

A erva, que é tradicionalmente cultivada e fumada pelos camponeses, contém níveis de habituação inferiores a muitos produtos em venda livre, como café e o chá, sustentam os adeptos da liberalização das drogas "leves". Invocando, entre outros, esse argumento, muita gente em Moçambique recusa-se a pôr a suruma no mesmo plano das drogas importadas.

Carlos Cardoso, editor do diá-

rio independente MediaFax e que se tornou no "enfant terrible" do jornalismo moçambicano, afirma que se trata, uma vez mais, do "combate oficial a um produto nacional para implantação de produtos importados".

Há dias, no editorial do MediaFax, defendia inequivocamente a legalização do cannabis, argumentando que esta droga vem sendo utilizada "com muito bons resultados em inúmeros países", incluindo no tratamento de glaucoma na África do Sul, na indústria têxtil na China e na produção de papel na Holanda, em substituição do pinho.

Mencionando igualmente a utilização da cannabis "sativa" no tratamento do glaucoma na África do Sul, Cardoso observa que, em Moçambique, pelo contrário, se optou por "continuar a mendigar medicamentos ao estrangeiro", em detrimento da criação de uma indústria nacional de fármacos "a partir do conhecimento terapêutico africano". Ele receia que assim se imponha, "uma vez mais, a primazia da importação".

Durante a primeira metade do século XX, as autoridades coloniais portuguesas proibiram o fabrico de bebidas tradicionais, por forma a incutir o consumo de "vinho para o preto", importado de Portugal. Cardoso pergunta se em Moçambique não estará a reviver-se um idêntico processo de dependência, ao abrir o mercado de drogas a produtos como a cocaína e a heroína, "continuando a reprimir a suruma nacional". ■

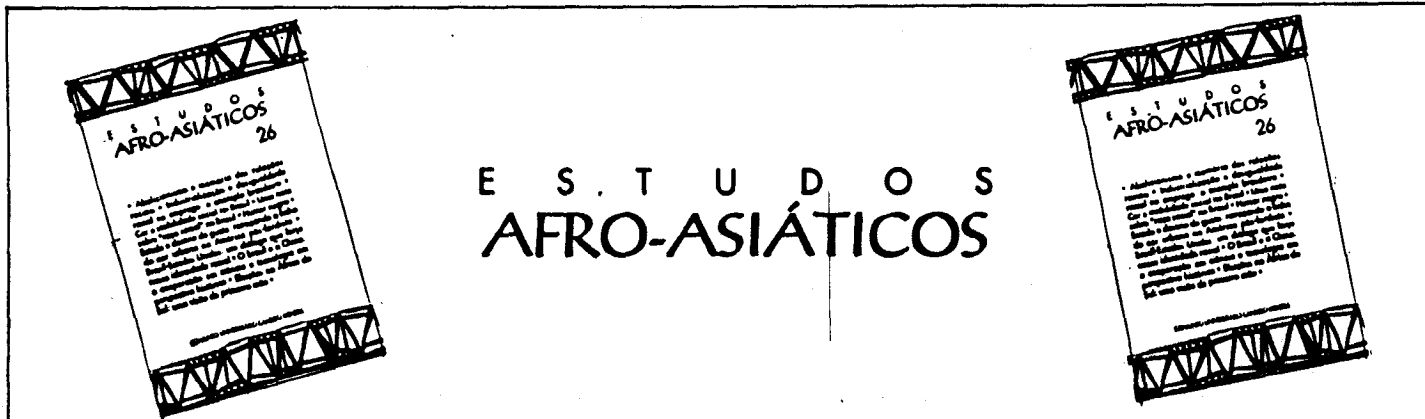
Gigantesco funeral de Slovo

DEZENAS de milhares de sul-africanos prestaram ontem a sua última homenagem ao líder histórico do Partido Comunista, Joe Slovo, numa confusão tão grande que o Presidente Nelson Mandela não conseguiu chegar junto da cova, no Soweto. Antes da ida para o cemitério, porém, o chefe do Estado fizera o elogio fúnebre do seu antigo camarada da luta contra o "apartheid" num estádio repleto com mais de 30 mil pessoas. ■

PÚBLICO, 16.1.95

Beye com Santos e Savimbi

O REPRESENTANTE especial da ONU para Angola, Alioune Blondin Beye, que ontem conferenciou com o Presidente Sam Nujoma na Costa dos Esqueletos, Norte da Namíbia, disse que hoje deverá ser recebido em Luanda por José Eduardo dos Santos e que amanhã irá ao Bailundo visitar o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Por seu turno, Nujoma declarou-se disposto a ajudar as Nações Unidas na concretização da paz em Angola. ■



Discurso sobre a cólera mudou em Cabo Verde

Mais de 20 mortos em Santiago

PÚBLICO, 16.1.95

A EPIDEMIA de cólera que há dois meses assola Cabo Verde mantém o ritmo de propagação, com uma média de 30 casos diários, havendo a registar até quinta-feira passada um total de 315 casos, 21 dos quais mortais. Até ontem não havia notícia de que outras ilhas, para além de Santiago, estejam atingidas pelo surto, sendo que a Praia continua a ser o seu foco mais importante, com 193 casos, 12 dos quais mortais.

Segundo as autoridades cabo-verdianas, a situação "está sob controlo" graças às medidas tomadas assim que a epidemia foi declarada, a 15 de Novembro passado, quando morreu no hospital da capital um adulto com sintomas da doença. Foi o Instituto Pasteur de Dakar, no Senegal, que confirmou então tratar-se de cólera.

Depois do tom dramático que chegou a ser adoptado, as autoridades passaram, nos últimos dias, para um discurso não-alarmista, numa mudança de 180 graus. É um facto a que não serão alheias as críticas que a oposição veio fazendo ao Governo e à Câmara da Praia, responsabilizando ambos pela degradação do saneamento público e das demais condições de vida do país.

Assim, enquanto, no passado dia 4, um comunicado do Ministério da Saúde dizia que a cólera não estava sob controlo, na sexta-feira passada, numa entrevista concedida à Televisão Nacional, o titular da pasta, João Medina, afirmou que tal afirmação nunca tinha sido feita.

Outro sinal de que as autoridades mudaram a sua estratégia é dado pelo facto do presidente da Câmara Municipal da Praia, Jacinto Santos, ter anunciado há duas semanas que iria pedir ao Governo que declarasse o estado de emergência na capital, de modo a encetar um combate mais firme à doença, o que não se concretizou até hoje.

Na verdade, para além de pretender evitar alarmismos junto da população e dar com isso munhões aos seus adversários políticos, o Governo receia igualmente os efeitos externos de uma eventual "declaração de emergência", sobretudo junto dos operadores turísticos em Portugal que já manifestaram à Cidade da Praia as suas preocupações em relação ao assunto.

Por causa disso, na entrevista atrás referida, o ministro João Medina garantiu que "o turista pode vir a Cabo Verde sem problemas desde que tome

os seus cuidados básicos ou faça um tratamento profilático", isto é, tome antibióticos à base de doxicilina.

Também não tem sido fácil obter informações extra-oficiais sobre a epidemia, limitando-se na prática a imprensa cabo-verdiana a divulgar os dados emitidos pelo Ministério da Saúde. Apenas certos responsáveis desse departamento governamental estão autorizados a falar do assunto, pelo que, nem a título informal, os médicos ligados ao combate da doença aceitam comentar ou falar da questão.

Apesar disso, um profissional confidenciou ao PÚBLICO a sua satisfação pessoal ao ver o estado em que as pessoas chegam ao hospital e um ou dois dias depois estão recuperadas. "Diante de situações do género sentimo-nos verdadeiros deuses; é como devolver a vida a um ser humano. E isso não é difícil porque a cólera pode ser tratada apenas com soro e licose".

O último surto de cólera em Cabo Verde datava de 1987 e o seu combate hoje tem sido de certo modo facilitado através do uso da comunicação social, principalmente da rádio e da televisão. Informadas dos sintomas de como a cólera se manifesta (diarreia e vômitos, princi-

palmente), as pessoas têm-se deslocado imediatamente aos hospitais ou centros de saúde.

Outra medida tomada pelas autoridades tem sido convencer as pessoas a transportarem directamente os seus mortos para o cemitério, evitando deste modo que haja um contacto entre elas e os corpos infectados, o que noutros países africanos costuma ser extremamente difícil por causa dos rituais a que o morto é geralmente submetido.

A cólera em Cabo Verde tem suscitado também algumas manifestações de apoio por parte da sociedade civil cabo-verdiana ou de entidades estrangeiras implantadas no país. Uma empresa de produção de leite de soja (Benall), recentemente criada na capital, tem oferecido mais de 100 litros desse produto por semana ao hospital da Praia.

A delegação da TAP-Air Portugal também doou na semana passada um volume de medicamentos de combate e prevenção à cólera ao mesmo organismo hospitalar com que a transportadora portuguesa mantém há vários anos um protocolo técnico e científico na área da saúde. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

A paz em perigo

Incidentes em várias regiões de Angola

PÚBLICO, 17.1.95

A COMISSÃO Conjunta (CC) encarregada de aplicar o Protocolo de Lusaca reuniu-se ontem de emergência, em Luanda, a fim de estudar uma série de incidentes ocorridos em diversas províncias, incluindo as de Benguela, Huambo, Lunda Norte e Bengo. É o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas vai hoje ao Uíje, a fim de tentar salvar a paz, pois é aí que as tropas do Governo e as da UNITA estão mais próximas umas das outras e em perigo de se envolverem em sérios combates.

Ao princípio da tarde, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, recebeu no Futungo de Belas, arredores da capital, o representante especial de Butros Butros-Ghali, o maliano Alioune Blondin Beye. Mas, depois disso, já não se chegou a verificar a prevista audiência à CC, pois que esta se reuniu a título extraordinário a fim de apreciar queixas tanto do Governo como da UNITA.

Fonte militar governamental disse ao PÚBLICO que um avião Antonov que ia recolher feridos na região diamantífera

do Cafunfo, na parte ocidental da Lunda Norte, foi atingido com 12 projectéis, num dos diversos incidentes que durante a última semana se verificaram em diversas províncias, mesmo depois de os estados-maiores se haverem reunido para aplainar arestas.

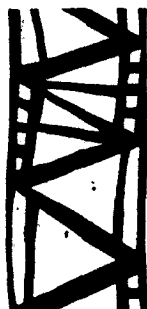
Entretanto, o Presidente da República já mandou dizer ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, em resposta a uma carta dele, que está pronto para conferenciar em qualquer ponto do território angolano. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

ASSINE JÁ •

• LIGUE

531-2000 RAMAL 259



PÚBLICO, 18.1.95

DHLAKAMA ACUSA GOVERNO DE NEGLIGÊNCIA — O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, acusou ontem o Governo de estar a "destruir a economia do país". Em declarações à agência Lusa, em Maputo, Dhlakama apontou sistemáticas fugas ao fisco, "particularmente" nas fronteiras, portos e aeroportos do país, como estando na origem da situação. "O Governo da Frelimo está a destruir a economia do país", acusou Dhlakama, numa abordagem pouco habitual a questões económicas. "Moçambique está a perder diariamente milhares de dólares e meticais com a entrada ilegal no país de mercadoria diversa sem a cobrança das respectivas taxas alfandegárias", disse o dirigente do principal partido da oposição moçambicana.



Jornalista angolano assassinado em Luanda

'A morte da democracia'

José Eduardo Agualusa*

PÚBLICO, 19.1.95

Nós, jornalistas aqui em Angola, quando acontece alguma coisa vamos queixar-nos a quem? No fundo, somos uma espécie de órfãos no meio desta ditadura. Ninguém nos protege!" Gustavo Costa, correspondente do semanário português "Expresso", reagia assim à morte de Ricardo de Melo, 38 anos, director do "Imparcial Fax", assassinado a tiro às primeiras horas de ontem.

Ricardo de Melo foi encontrado morto junto às escadas que conduziam ao seu apartamento, na antiga Rua Direita, hoje Major Kanyangulo, no centro histórico da capital angolana. O jornalista foi atingido no tórax por um único tiro disparado à queima-roupa.

Segundo um especialista do Comando Policial das Ingombotas, Ricardo de Melo terá sido baleado com uma arma equipada com silenciador, o que explicaria o facto de nenhum dos vizinhos ter ouvido a detonação. A viúva, Arminda Mateus, que chegou ao local do crime antes da polícia, disse que o marido tinha consigo a carteira com documentos e dinheiro, bem como um relógio dourado no pulso. Junto ao corpo foi encontrada uma bala de espingarda AK.

Entre os jornalistas angolanos, em particular aqueles que trabalham como correspondentes da imprensa internacional, a notícia causou grande consternação. "Se estou com medo? Eu estou e em pânico", confessou ao PÚBLICO o correspondente da BBC e do "Jornal de

Notícias", Reginaldo Silva. "A mensagem é muito clara. A ala dura tomou o controlo do regime e está agora a impor o silêncio total."

O Sindicato dos Jornalistas Angolanos, SJA, emitiu ontem um comunicado em que "responsabiliza publicamente os poderes públicos pela continuidade de actos idênticos". Constituído em Fevereiro de 1992 e reunindo actualmente perto de 400 profissionais da informação, o SJA tem denunciado atentados à integridade dos jornalistas.

"O SJA espera que as autoridades não se fiquem apenas pela condenação formal desta gravíssima ocorrência e possam, desta vez, levar à justiça quer os mandantes quer os executantes deste hediondo crime", lê-se ainda no comunicado.

Numa nota distribuída à imprensa, o Ministério da Comunicação Social de Angola exprime o seu "profundo pesar ao tomar conhecimento da morte do director do 'Imparcial Fax', Ricardo de Melo, num acto que condenamos energeticamente". A nota é assinada pelo ministro Hendrick Vaal Neto, um antigo dirigente da UPA, depois FNLA, que entretanto aderiu ao partido no poder em Angola.

Em entrevista difundida pela emissora Luanda Antena Comercial, Vaal Neto procurou minimizar as consequências do crime afirmando que "Angola é um dos países mais seguros do mundo para os jornalistas". Em meados do ano passado, o ministro da Informação irritou os profissionais do sector ao acusar os correspondentes da im-

prensa estrangeira de se "comportarem como mercenários sem patriotismo".

Idêntica afirmação foi repetida pouco depois pelo próprio Presidente da República e retomada pela Rádio Nacional: "São mercenários vendidos ao estrangeiro por um punhado de dólares."

O assassinio de Ricardo de Melo culmina uma série de acções de intimidação contra jornalistas. Na sequência de um artigo publicado na terça-feira pelo "Imparcial Fax", "O MPLA a dois passos da crise", Mariano Costa foi agredido por dois homens no Aeroporto 4 de Fevereiro. Os agressores referiram-se expressamente a este artigo, e a um outro em que o jornalista acusava Ana Paula dos Santos, esposa do Presidente José Eduardo dos Santos, de ligações ao tráfico ilegal de diamantes.

Mariano Costa chegou a ser preso em Setembro do ano passado, após regressar a Luanda oriundo de Lisboa, sob a acusação de ter visitado a sede da UNITA na capital portuguesa.

O correspondente do PÚBLICO foi também agredido ontem por seis homens armados com pistolas. Aguiar dos Santos conduzia o seu carro, no Largo da Maianga, quando o automóvel atrás do qual seguia fez uma travagem brusca, provocando um pequeno embate.

Um outro carro parou na mesma altura, e dele e da outra viatura saíram os seis agressores, que dispararam dois tiros para o ar antes de se afastarem, sem que a polícia, presente a poucos metros do local, chegasse

a intervir. Três cidadãos portugueses que viajavam com Aguiar dos Santos — dois empresários e um capitão na reforma — foram igualmente agredidos.

Por seu lado, a revista "Comércio e Actualidade", publicação semanal dirigida por Victor Aleixo, foi assaltada na noite de domingo para segunda. Os assaltantes destruíram todo o equipamento e documentação, numa acção que o director da revista acredita estar relacionada com uma série de artigos denunciando a corrupção crescente em Angola.

Entre os vários casos, nunca esclarecidos, de desaparecimento recente de jornalistas, está a morte de César Ebnezal, também cineasta, assassinado com dois tiros à queima-roupa no Largo da Sagrada Família.

Em homenagem a Ricardo de Melo, o "Imparcial Fax" publicou ontem um número especial. "Ricardo de Melo assassinado cobardemente à entrada de casa", lê-se no prospecto enviado por fax aos 200 assinantes da publicação. "Julgam que ao encurtar a vida de Ricardo de Melo podem matar a verdade. [Ricardo de Melo] que assim morreu, só por acreditar que a democracia já era possível... Obviamente é a morte, no imediato, da democracia".

A edição moçambicana do "Imparcial Fax" fez também sair um número de homenagem: "Em Luanda morreu um jornalista que fez da ressurreição da verdade o sabor quotidiano da sua vida."

Ontem, a UNITA editou um comunicado condenando o assassinio do jornalista. A Associação dos Angolanos Sobrevidentes, organismo próximo do movimento de Jonas Savimbi, tomou posição idêntica, aguardando-se para hoje um outro texto do Bloco da Oposição Civil, que agrupa a maioria dos partidos da oposição não armada. ■

*com Aguiar dos Santos, em Luanda

Ricardo de Melo 38 anos, jornalista

NATURAL de Luanda, Ricardo de Melo tornou-se conhecido como correspondente da RTP nesta cidade. Casado e pai de quatro filhos, antigo jornalista da Rádio Comercial em Lisboa, mantinha uma ligação muito forte a Portugal, país da sua segunda nacionalidade.

Em 1990, apoiou a candidatura à Presidência de Angola do antigo dirigente do MPLA Daniel Chipenda, tendo dirigido o respectivo jornal de campanha, "Última Hora". Neste jornal assinou uma carta aberta ao Presidente José Eduardo dos Santos apelando à abertura democrática e denunciando os vícios do regime.

No ano passado, lançou o "Imparcial Fax", diário distribuído a cerca de 200 assi-

nantes através de fax. Juntamente com outros profissionais angolanos da informação, pretendia criar um novo semanário, independente de todas as forças políticas, recuperando o título de uma famosa publicação democrática da época colonial: "A Palavra".

O "Imparcial Fax", jornal muito crítico em relação ao poder, publicou nas últimas semanas uma série de artigos denunciando situações de corrupção entre oficiais do exército e da polícia.

Segundo a viúva, Arminda Mateus, era comum o jornalista receber telefonemas anónimos com ameaças de morte. Personalidades ligadas ao regime aconselharam-no, repetidas vezes, a evitar a publicação

de notícias prejudiciais aos militares e a José Eduardo dos Santos.

O general Ndalu, conselheiro especial do Presidente da República, com quem Ricardo de Melo almoçou no dia anterior ao da sua morte, ter-lhe-á mesmo recomendado que contratasse um guarda-costas.

Ricardo de Melo tinha diversos processos em tribunal em consequência de artigos publicados no "Imparcial Fax". A continuação do jornal está agora posta em causa, já que a viúva pretende regressar a Lisboa e os seus sócios e companheiros não sabem se têm condições para o manter.

O funeral do jornalista angolano não tem ainda data marcada. ■ J.E.A.

Bolseiros angolanos entre a guerra e a corrupção

PÚBLICO, 19.1.95

"ESTAMOS CANSADOS de viver indignamente como humildes mendigos." A queixa é dos estudantes bolseiros do Governo angolano em Portugal, que há 13 meses não recebem a bolsa de estudo nem têm perspectivas quanto ao futuro. A culpa é da "guerra em Angola", dizem os representantes do Governo. "Não, é da má administração e da corrupção", contrapõe o presidente da Associação de Estudantes Angolanos (AEA).

Agostinho Carvalho Van-Dunem, presidente da AEA, é um dos 60 estudantes angolanos que frequentam a Universidade do Minho. Aluno do 3º ano da licenciatura em Relações Internacionais, Van-Dunem é um aluno atarefado com as frequências de fim de semestre. No entanto, a situação vivida pelos seus conterrâneos não deixa de "reflectir-se negativamente no aproveitamento escolar".

Seis meses de renda de casa em atraso, despesas de livros e de mercearia por liquidar é um

quadro pessoal que pode estender-se a outros estudantes angolanos. "A compreensão de alguns senhorios tem-nos ajudado", reconhece — embora se fale que, em Coimbra, um senhorio puxou da pistola para que lhe pagassem a renda. A Casa de Angola em Braga também tem ajudado, em géneros alimentícios, mas "há colegas que fazem uma refeição por dia ou nem isso".

A situação dos bolseiros não é a mesma. A maioria dos estudantes de licenciatura recebia uma bolsa mensal de 105 mil escudos do Governo angolano. Outros, no entanto, estão com uma bolsa do Instituto Português para a Cooperação que, por ser menor, tinha um complemento (70 mil escudos) pago por Luanda.

Enquanto bolseiros, estes estudantes não têm acesso às residências universitárias, pelo que são forçados a suportar despesas de alojamento, alimentação e transportes, além das inerentes à actividade escolar (como compra de livros e fotocó-

pias). A situação, que afecta outros alunos angolanos no estrangeiro, é minorada nalguns países, como em Cuba e no Leste europeu, pelo facto de viverem em lares de estudantes.

Em Portugal são cerca de mil os estudantes bolseiros do Governo de Angola a debater-se com este problema. Na sua origem está "a incapacidade da administração pública" que tem como principal causa "a corrupção", acusa o presidente da associação de estudantes angolanos.

Ela alicerça-se no "jogo do empurra" entre o Banco Nacional de Angola e a embaixada de Angola, com o primeiro a dizer que enviou "os dólares" e a segunda a alegar que não recebeu.

O adido de imprensa da embaixada de Angola, José Ribeiro, nega essa acusação dos estudantes e afirmou ao PÚBLICO que as dificuldades do seu Governo resultam de "algumas reservas financeiras terem sido desviadas para o esforço de guerra, recomeçada pela UNITA". ■

Savimbi recebe mensagem do Governo

PÚBLICO, 19.1.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, recebeu ontem mensagens do Governo português, do Presidente angolano, Eduardo dos Santos, e do secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, todas entregues pelo mediador da ONU, Alioune Beye, durante um encontro no Bailundo, Planalto Central.

O representante especial da ONU não tornou nem o teor das mensagens, nem o conteúdo da reunião que teve com o dirigente da UNITA. Segundo uma fonte das Nações Unidas em Luanda, citada pela Lusa, o encontro incidiu sobre "questões inerentes ao relançamento da confiança mútua" e acerto de pormenores "para a realização de um encontro entre o Eduardo dos Santos e o chefe da UNITA". Segundo a Vorgan, Beye e Savimbi conversaram ainda sobre a situação política e militar, a "aplicação dos acordos de Lusaca e a ajuda humanitária".

O representante de Butros-Ghali seguiu entretanto para o Huambo, onde participará hoje, segundo o PÚBLICO soube em Luanda de fontes ligadas ao processo negocial, na oitava reunião plenária da Comissão Conjunta. Esta reunião "vai ser quente", segundo as mesmas fontes, porque serão apresentadas as queixas do Governo contra a UNITA por "violações ao cessar-fogo". A UNITA terá admitido já a culpa em alguns incidentes, que justificou com dificuldades nas "comunicações" entre os seus comandos e as frentes. ■

ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259 • ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM

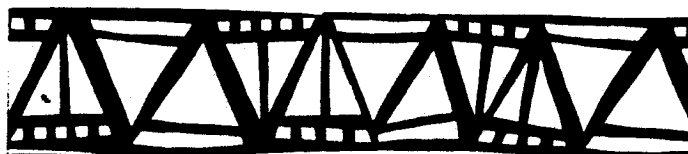
Cólera em Angola...

MAIS de 500 casos de cólera foram registados em Cubal, no Oeste de Angola, e continua a aumentar diariamente o número de pessoas contaminadas, segundo o responsável francês dos Médicos Sem Fronteiras em Luanda, citado pela Reuter. "Mais de 500 casos foram já registados e esse número está a crescer a um ritmo de 50 casos por dia", disse Roland Forcaud. "Há provavelmente 600 casos neste momento... uma epidemia de cólera cresce sempre até um certo pico e ainda estamos a subir até esse pico", explicou Forcaud, que chegou na terça-feira a Luanda, vindo de Cubal. Segundo o responsável, sabe-se que 11 pessoas morreram oficialmente de cólera, mas outras vítimas registadas na cidade, de 120 mil habitantes, poderão ser atribuídas ao surto. Dizendo que se está a tentar conter a doença com estruturas sanitárias adequadas, o médico acrescentou que a epidemia se deve a uma combinação da estação das chuvas em Cubal — cerca de 100 quilómetros a sudeste da cidade costeira de Benguela — com a abertura da estrada entre as duas cidades, fechada durante dois anos por causa da guerra. "O primeiro camião carregado de peixe chegou de Benguela a 2 de Janeiro e a cólera começou pouco depois", disse Forcaud, considerando que a doença é endémica em Benguela. ■

PÚBLICO, 19.1.95

... e Cabo Verde

O SURTO de cólera em Cabo Verde, circunscrito à Ilha de Santiago, já provocou 22 mortos e contaminou 379 pessoas em dois meses, disse esta semana à Lusa o porta-voz da comissão nacional de luta contra a cólera, António Delgado. O surto foi detectado pela primeira vez num bairro degradado da Cidade da Praia no dia 15 de Novembro. O porta-voz especificou que o surto provocou 16 mortos na Praia (em 255 casos), quatro mortes em Santa Catarina (104 casos), uma morte em Santa Cruz (oito casos) e uma morte no Tarrafal (12 casos). No período entre 3 e 10 de Janeiro, a média diária de novos casos era de 20, mas desde então tem vindo a diminuir, em resultado das medidas aplicadas, como o controlo da higiene e profilaxia com medicamentos. ■



Africanos vêm trabalhar para Portugal como portugueses vão para a Alemanha

PÚBLICO, 20.1.95

João Serra*

Em Portugal vivem actualmente cerca de 170 mil estrangeiros com residência legal, dos quais 81.228 são africanos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, mas o número de ilegais é ainda elevado. Não existem estatísticas oficiais sobre o número de estrangeiros em situação irregular, mas estimativas de várias fontes admitem que possa ascender a vários milhares, na sua maioria esmagadora africanos e maioritariamente cabo-verdianos.

Estes ilegais, fragilizados por essa condição, constituem um remanescente de mão-de-obra barata que se traduz por salários muito inferiores às tabelas remuneratórias legais, horários de trabalho elevadíssimos, ausência completa de assistência de saúde, deficiente habitação e de segurança laboral.

"Estamos solidários com estes trabalhadores, sem qualquer tipo de dúvida ou tibieza, mas a verdade é que eles prejudicam o mercado de trabalho em Portugal ao serem instrumentos de exploração pelos empregadores de mão-de-obra e pelas empresas", diz o responsável pelo Departamento das Imigrações da Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN), Carlos Trindade.

O Governo português aprovou em 1993 uma nova lei com o objectivo de facilitar a legalização dos estrangeiros, mas algumas das exigências — a obrigatoriedade de prova de meios de subsistência e de habitação — tornaram-se obstáculos difíceis de ultrapassar pela grande maioria dos ilegais.

Estes, na sua maioria africanos, em geral vivem em barracas (sobretudo nos concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras e Almada) por falta de meios financeiros suficientes e, ao terem de aceitar emprego mal remunerado devido à situação de clandestinos, dificilmente obtêm as declarações remuneratórias indispensáveis ao processo.

Mesmo assim, alguns milhares de estrangeiros dos PALOP conseguiram regularizar em 1993 o seu estatuto de residentes em Portugal. Números fornecidos pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) indicam que nesse ano foram deferidos 28.345 pedidos de africanos, contra apenas 3824 em 1993.

Por alegada morosidade no processo de elaboração de estatísticas, o SEF ainda não dispõe dos índices oficiais relativos à concessão do direito de residência a estrangeiros em Portugal no ano de 1994.

No entanto, em 1993 viam legalmente no país 170.449 cidadãos estrangeiros de várias nacionalidades com residência regularizada — cerca de 1,7 por cento da população — dos quais 81.228 eram africa-

nos originários dos PALOP.

Destes, destacava-se como grupo maioritário os cabo-verdianos, com 38.814 cidadãos, os angolanos em número de 20.160, 13.415 da Guiné-Bissau, 4536 são-tomenses — números que não representam fielmente a realidade, sabendo-se que os ilegais, sobretudo cabo-verdianos, são muitos mais.

O que parece preocupar especialmente as autoridades são os estrangeiros em situação de residência ilegal, e nesse sentido a maioria destes é constituída por cidadãos de Cabo Verde — paradoxalmente o país dos PALOP com melhor relacionamento a nível institucional com Portugal.

Em 1991, a Embaixada de Cabo Verde iniciou um processo de ajuda aos membros da sua comunidade que vivem ilegalmente em Portugal, através da organização dos respectivos processos para regularização de residência, já na expectativa das medidas de excepção que viam a ser concedidas pelo Governo português em 1993.

Continua na pág. 12

De Klerk descontente

PÚBLICO, 20.1.95

O SEGUNDO vice-presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, declarou ontem que há graves problemas no Governo de Unidade Nacional formado há oito meses, mas desmentiu que tencione demitir-se.

"Existe uma situação grave", disse o antigo chefe do Estado numa reunião com mulheres que pertencem ao Partido Nacional, acrescentando que as coisas não estão bem a correr de acordo com aquilo que esperava, quando em Maio do ano passado formou uma coligação com o ANC e com o Inkatha.

De Klerk considerou-se profundamente chocado por o grupo do Presidente Nelson Mandela, que tem a maioria no Parlamento e no Governo, haver considerado que não há imunidade para que dois antigos ministros e 3500 polícias não tenham de responder por crimes cometidos durante a vigência do apartheid.

O vice-presidente, que afirmou que continuará a trabalhar para resolver a questão,

prometeu que daí a algumas horas faria declarações mais pormenorizadas sobre o assunto.

Os mercados financeiros do país caíram de imediato quando o jornal "Star" noticiou que Frederik de Klerk estaria na disposição de se demitir, mas recuperaram depois de o Partido Nacional ter esclarecido que não era bem assim.

Mandela surgiu entretanto a observar que o Governo de Unidade Nacional continua forte, apesar de umas quantas divergências que ocasionalmente possam surgir; e deu o pormenor de que na quarta-feira à noite debateu o assunto das imunidades com dois dos ministros que pertencem ao partido de Frederik de Klerk: Roelof "Pik" Botha e Roelf Meyer.

A crise surgiu na semana passada, quando o ministro da Justiça, Dullah Omar, se insurgiu contra a imunidade que o Governo de Klerk teria concedido, nas semanas anteriores às eleições gerais de Abril de 1994,

a antigos ministros e a polícias responsáveis pela repressão.

Só se casos como estes vierem a ser devidamente resolvidos é que o Governo constituído pelo ANC, o Partido Nacional e o Inkatha conseguirá manter-se efectivamente à frente da África do Sul até ao fim previsto da actual legislatura, em 1999.

Violência no Natal

Entretanto, 15 pessoas foram mortas e cinco feridas num novo surto de violência na província do Kwazulu-Natal, onde houve quatro ataques na noite de quarta-feira para ontem, segundo anunciou a polícia.

O mais grave dos casos foi na costa Sul daquele território, em Izingolweni, perto de Port Shepstone, quando quatro homens chegaram a uma casa e dispararam sobre as pessoas que aí dormiam, tendo depois ateadado um fogo em que pereceram seis crianças e duas mulheres.

Em Umlazi, nos subúrbios da cidade portuária de Durban,

quatro ocupantes de um lar para trabalhadores foram mortos com arma automática quando estavam a jogar às cartas.

O ataque foi atribuído pela polícia a lutas entre diferentes facções, sendo sabido que ultimamente tem havido no Natal grande tensão entre os partidários do rei dos zulus, Zwelithini, e os do seu tio Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha e ministro do Interior.

Além disso, prosseguem as velhas rivalidades entre militantes do ANC e simpatizantes do Inkatha, pelo que certas regiões da África do Sul continuam a não ser ainda muito seguras, apesar da tranquilidade que de um modo geral tem assinalado a entrada do país na plena vivência democrática.

O grande capital internacional tem estado à espera da confirmação de que a estabilidade sul-africana de facto se consolide para depois investir mais fortemente no país, que é dotado de enormes potencialidades. ■

A ameaça de vinte milhões de minas

PÚBLICO, 21.1.95

QUINZE a 20 milhões de minas começam agora a ser localizadas em Angola, para um processo de desminagem que vai durar pelo menos 10 anos e sem o qual se torna bastante difícil o regresso a casa de centenas de milhares de pessoas desalojadas pela guerra.

O problema das minas é um dos que está a ser tratado pela Comissão Conjunta e pelos estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da UNITA, mas o ritmo de implementação do Protocolo de Lusaca ainda deixa muito a desejar.

Depois da reunião de quinta-feira à tarde na cidade do Huambo, a Comissão Conjunta (CC) vai no dia 26 ao Bailundo, uns 70 quilómetros a Nordeste, na mesma província, onde deverá ser recebida pelo presidente da UNITA, Jonas Malheiro

Savimbi, que aí tem actualmente o seu estado-maior.

Entretanto, o general governamental Higinio Carneiro disse ontem ao PÚBLICO que o partido de Savimbi propôs que a próxima sessão de trabalho dos militares seja na capital, durante a próxima semana, depois da que no dia 10 se efectuou em Chipipa, na província do Huambo.

A eventual reunião dos estados-maiores em Luanda iria permitir que os homens da UNITA fossem progressivamente perdendo o medo do seu regresso à sede do poder, onde em 1992 sofreram um forte desaire, tendo perdido o vice-presidente do partido, Jeremias Chitunda, e o secretário-geral, Alicerces Mango.

A espera de concretização está ainda uma sessão especial

da CC com o Presidente José Eduardo dos Santos, no Futungo de Belas, arredores de Luanda, pois que na segunda-feira teve de ser adiada "sine die" quando a comissão se reuniu de emergência, devido à proliferação de incidentes pelo país fora.

Tirando-se do seu habitual optimismo, o representante local das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, criticou esta semana a lentidão com que as duas partes concretizam aquilo com que elas próprias se comprometem. Mas reconheceu que os 260 observadores internacionais presentes em Angola já se podem agora deslocar tanto às zonas sob controlo do Estado como às que se encontram ainda em poder da UNITA. E é sabido que hoje tanto pessoal da ONU como dos países observadores do processo angolano,

Portugal, Estados Unidos e Rússia, vão à Jamba, avaliar as necessidades alimentares que se fazem sentir nesse antigo bastião do Galo Negro.

Quinta-feira à tarde, no Huambo, a CC atribuiu aos militares de Savimbi a responsabilidade pela maior parte dos incidentes que dias antes tinham feito uma centena de mortos em diferentes regiões angolanas. Mas, entretanto, há que resolver também o problema específico de Cabinda, cujo governador cessante, Augusto Tomás, economista de 37 anos, foi esta semana nomeado ministro das Finanças, em substituição de Alvaro Craveiro, depois de a inflação nos 12 meses que terminaram em Outubro haver totalizado mais de 815 por cento. ■

Aguilar dos Santos, em Luanda, com AFP e Lusa

E S T U D O S

AFRO-ASIÁTICOS

Continuação da pág. anterior

Africanos vêm trabalhar para Portugal como portugueses vão para a Alemanha

A elaboração dos primeiros 1500 processos serviu de base a um estudo sobre as características da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, cujas conclusões permitem identificar as particularidades e tipologias desse grupo.

Assim, 74 por cento dos requerentes eram homens, 58,5 por cento tinha entre 15 e 30 anos de idade e 60 por cento destas pessoas chegaram a Portugal entre 1985 e 1989, altura que coincidiu com um crescimento notável da construção civil no país.

Pedreiros

Não é por isso estranho que 68,9 por cento destes imigrantes sejam pedreiros e os restantes constituam igualmente uma mão-de-obra sem grande qualificação profissional, ou seja 13,9 por cento são mulheres a trabalhar como empregadas domésticas, dez por cento domésticas e apenas 1,2 por cento eram estudantes.

Os estrangeiros africanos, tanto os ilegais como os outros,

acabam por constituir minorias cujo simples facto da diferença, aliado com frequência à falta de instrução e a modestos recursos económicos, ocasiona situações de racismo e de xenofobia que tendem a crescer na sociedade portuguesa.

"Começam a nascer na sociedade portuguesa alguns problemas de tensão étnica que podem vir a ser preocupantes, apesar de estes sentimentos não serem comuns aos nossos hábitos", admite um professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, numa palestra recente sobre a temática.

O fenómeno ganha corpo devido aos conflitos facilitados pelo aumento da vizinhança, pelos hábitos culturais diferentes e pela suposta — mas dificilmente comprovável, a não ser em sectores de trabalho como a construção civil — concorrência de oportunidades, num país onde estas já rareiam.

Ao aceitarem trabalho

mal remunerado em Portugal, os estrangeiros fazem aumentar a oferta de mão-de-obra barata e desvalorizam o mercado de trabalho. E, ao que tudo indica, esse trabalho mal pago nem sequer se traduz como factor de significativa redução de preços.

Esta é, segundo a CGTP, uma das causas que levam trabalhadores portugueses a procurar emprego no estrangeiro, especialmente na Alemanha e França, ganhando ali melhor do que em Portugal, mas protagonizando situações semelhantes àquelas que aqui são criadas pelos africanos ilegais.

"Há racismo em Portugal"

"Há racismo em Portugal, e a tendência para os próximos anos aponta para um fenómeno de explosão social, devido aos problemas de exclusão racial e étnica", afirma a académica Lina Albuquerque, dirigente da organização SOS-Racismo, de-

fendendo que o combate à tendência tem de envolver a própria sociedade civil.

Para Arnaldo Andrade, jurista e dirigente da Associação de Cabo-verdianos, "o racismo é como uma rampa desli: ante: depois de ganhar velocidade já não pára", sendo imprescindível organizar desde já um movimento de resposta capaz de contrariar a tendência.

Uma coisa parece certa: a integração social dos estrangeiros que vivem em Portugal, fundada na igualdade de direitos e de oportunidades, é a condição para evitar bolsas de marginalidade social e para não alimentar o trabalho ilegal, duplamente prejudicial aos próprios e ao mercado de trabalho.

Estes objectivos, obviamente, só poderá ser atingido por decisão política que facilite e despenalize as condições para a legalização voluntária de estrangeiros — uma mão-de-obra indiscutivelmente necessária ao país até para projectos a curto prazo, como a nova ponte sobre o Tejo e a Expo-98. ■

*Lusa

Fundamentalismo em Moçambique

Sibindy projectou guerrilha islâmica

O LÍDER do Partido Independente de Moçambique (Pimo), Ya-Qub Sibindy, terá alegadamente levantado, há quase dois anos, a possibilidade de recurso à luta armada para fazer valer as suas teses de maometano radical.

PÚBLICO, 21.1.95

Uma mensagem confidencial a propósito disso, endereçada a membros da comunidade maometana do país, em Março de 1993, foi apresentada esta semana, em Maputo, por um ex-dirigente do Pimo, Mussagy-Mussagy. Num português claudicante e cortado de expressões religiosas em árabe, Sibindy exprime a sua certeza na "vitória justa pela causa justa de Alá".

"Em caso de sermos perseguidos, o signatário aposta em levar a resistência por meio de uma guerrilha islâmica", escreve Ya-Qub Sibindy. "Se Alá quiser dar-nos a honra, poder-se-á a partir deste país espalhar para todo o mundo os valores e capacidades islâmicas", diz ainda a missiva. Dirigida a "todos os membros da grande comunidade islâmica", a carta teve, contudo, uma distribuição restrita e nela Sibindy pedia aos destinatários que mantivessem o "máximo segredo possível" sobre o assunto.

No texto, Sibindy propunha a criação do Pimo, explicando que a letra "i", que oficialmente quer dizer "independente", representaria na verdade "uma palavra mais significativa e mais digna da nossa religião". Os detractores do Pimo sempre

sustentaram que a sigla significava "partido islâmico", mas Sibindy negou sistematicamente essas alegações.

Vitória ou martírio!

Segundo a Constituição moçambicana, é ilegal a formação de partidos políticos de base religiosa, racial ou federal. Por esse motivo, Sibindy previa a existência de dois estatutos, sendo uns para uso interno e outros para o registo oficial no Ministério da Justiça. "Esses estatutos não podem deixar rasto do que nós somos ou que o partido é pró-islâmico", explicava Ya-Qub Sibindy na mensagem.

Mussagy-Mussagy, que divulgou o documento secreto, dirigia a comissão nacional de controlo do Pimo até ser expulso do partido, há duas semanas, por decisão de Sibindy. A expulsão ocorreu na sequência de declarações suas de que Sibindy estaria a recrutar jovens para receberem treino militar na Argélia, com vista ao lançamento de operações armadas em Moçambique.

Interrogado sobre a autenticidade da carta, que ostenta a sua assinatura a seguir às palavras de ordem "Vitória ou martírio! Venceremos!", Sibindy declarou: "É possível que tenha escrito tal documento, já que sempre gostei de escrever e de ler".



Ya-Qub Sibindy

Sibindy também invocou o gosto pela leitura para justificar ter-se servido de citações do Livro Verde de Muhamar Khadafi. Embora os seus adversários políticos afirmem que Sibindy encabeça a linha pró-Líbia no Pimo, o próprio diz que nunca utilizou as teorias de Khadafi na liderança do seu partido e que lê o Livro Verde apenas para "alargar a cultura geral".

Passaportes falsos

Mussagy também acusa o presidente do Pimo de estar envolvido na emissão de passaportes moçambicanos falsos, em ligação com um grupo de cidadãos asiáticos residentes em Maputo. "Tenho provas", afirma Mussagy, que forneceu na altura as identidades de vários

implicados. E garantiu dispor de uma lista com os nomes de 80 pessoas que receberam passaportes falsos através de Sibindy.

Queixando-se da falta de interesse que as suas revelações têm encontrado junto do Governo, Mussagy afirma que a conspiração islâmica prossegue. Garantiu que Sibindy participa regularmente em reuniões restritas em mesquitas de Maputo, com um grupo de fundamentalistas que mantêm ligações com a FIS argelina.

Elias Varinde, polémico ex-presidente da Associação Comercial de Moçambique e destacado apoiante de Sibindy, recusa-se a aceitar a autenticidade das acusações. Segundo Varinde, Mussagy só entrou em dissidência porque Sibindy não o seleccionou para permanecer nos quadros do partido depois das eleições, quando o Pimo teve de reduzir o pessoal. Mussagy também discordou de Sibindy por este não permitir a distribuição de excedentes e materiais da campanha pelos quadros do partido, após o escrutínio.

Mussagy afirma temer pela própria vida, repetindo que "Sibindy é muito perigoso" e que "o fundamentalismo que [ele] está criando no país abre portas à eclosão do terrorismo". ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

JORNALISTAS ANGOLANOS AMEAÇADOS DE MORTE — A existência de uma lista dos Serviços de Informação angolanos para eliminar fisicamente todos os jornalistas correspondentes de órgãos de comunicação social estrangeiros, com destaque para os portugueses, foi ontem denunciada pelo secretário-geral do Sindicato de Jornalistas de Angola, durante o enterro de Ricardo Melo, director do "Imparcial Fax", assassinado no dia 18, em Luanda. O chefe de redacção daquele jornal, Dona Calemb, já pediu protecção à embaixada norte-americana na capital angolana, tendo sido encaminhado para a Caritas. Os nomes dos jornalistas supostamente incluídos na lista não foram divulgados, mas temem pela sua vida os correspondentes Gustavo Costa, do "Expresso", João Faria, do "Diário de Notícias", João Aguiar dos Santos, do PÚBLICO, Mário Paiva, da RDP-Internacional, Reginaldo Silva, da BBC, e outros jornalistas do "Imparcial Fax". Esta informação consta de um documento do Sindicato de Jornalistas Angolano, que deverá ser divulgado na próxima semana. Muitos milhares de pessoas, entre as quais representantes de vários partidos, participaram ontem no cortejo fúnebre para o cemitério do Alto das Cruzes, no Bairro de Miramar, em Luanda. Para a noite estava prevista uma vigília como forma de protesto contra o assassinato do jornalista. Ricardo de Melo, considerado uma "pessoa incómoda ao poder", foi morto, na madrugada de dia 18, com uma bala disparada à queima-roupa, quando entrava no prédio em que residia com a mulher e um dos quatro filhos.

UNITA E EXECUTIVE OUTCOMES TROCAM ACUSAÇÕES — A UNITA está a reagrupar e a treinar cinco batalhões no Sul de Angola, junto à fronteira com a Namíbia, entre Calai e Dirico, afirmou ontem à agência Lusa, em Joanesburgo, o director da empresa sul-africana de segurança Executive Outcomes, que tem estado a apoiar Luanda no fortalecimento das suas tropas. Eben Barlow disse, por outro lado, ter indícios de que o jornalista Ricardo Melo foi abatido por pessoas interessadas em manter de pé os conflitos em Angola; e que procurara avisá-lo de que determinados

elementos iriam actuar contra ele, de modo a fazer recair as culpas sobre o Governo. Enquanto isto, um memorando interno da UNITA enviado ontem à delegação da Lusa na África do Sul alega que o Governo angolano teria decidido manter por mais algum tempo a capacidade de ataque que lhe é facultada pela Executive Outcomes, pelo que a mesma estaria a ser transformada numa empresa pública de segurança, com 700 a 800 homens

Nova África do Sul

O EMBAIXADOR da África do Sul em Portugal, Peter Swanepoel, garantiu, ontem, em Coimbra, que, no seu país, "nunca mais se registará" discriminação social. Peter Swanepoel intervinha num ciclo de conferências com embaixadores sobre o tema: "África do Sul, a transição com êxito para uma democracia plena". Segundo o embaixador, a principal causa de preconceitos e conflitos inter-grupos nas sociedades plurais reside na insegurança. "temos de aprender a viver juntos e em paz através da tolerância mútua e com segurança", afirmou. Este processo deve incluir, na sua opinião, a protecção das minorias culturais o que originará uma "maior vontade de colaboração para alcançar objectivos comuns". ■



PÚBLICO, 21.1.95

O triunfo da razão

PÚBLICO, 22.1.95

DANIEL BALDWIN/REUTERS

FREDERIK DE Klerk e Nelson Mandela confirmaram-se ontem como os homens de paz e de bom senso que têm sido ao longo dos últimos cinco anos, ao ultrapassarem divergências e salvarem o Governo de Unidade Nacional que foi constituído na África do Sul em Maio de 1994 e que deverá vigorar até princípios de 1999.

Num comunicado conjunto distribuído ao princípio da tarde, os líderes do Partido Nacional e do ANC disseram ter esclarecido as divergências que haviam surgido durante a última semana e restabelecido a sua confiança mútua (sobre a qual se tem construído a verdadeira democratização da sociedade sul-africana).

De Klerk, que o ano passado teve a humildade de passar de Presidente da República a segundo vice-presidente, depois da vitória eleitoral do ANC, exigira quinta-feira à noite, na abertura do congresso do Partido Nacional, que o movimento de Nelson Mandela se retratasse pelo que dissera quanto a uma controversa amnistia para crimes cometidos durante o antigo regime.

Ontem, porém, combinaram que o próximo Conselho de Ministros decidirá a melhor maneira de resolver a questão da amnistia aos antigos ministros Adriaan Vlok e Magnus Malan e a 3.500 polícias, certamente de modo a que uma parte da comunidade branca da África do Sul não se sinta traída por falta de cumprimento de promessas feitas no fim da Presidência De Klerk.



O vice-presidente De Klerk ao discursar quinta-feira no congresso do Partido Nacional

Em princípio, as decisões do Governo de Unidade Nacional só deverão ser tomadas pelo consenso das três partes componentes, o ANC, o partido que anteriormente tinha o monopólio do poder e o Inkatha; e esta crise começou quando o grupo majoritário deu sinais de querer actuar como se os outros não existissem.

Equilíbrio instável

O grande trunfo de Frederik de Klerk perante os eleitores, sobretudo brancos, mestiços e indianos, foi o de lhes haver dito que a presença do Partido Nacional no novo executivo iria permitir um certo equilíbrio na condução do Estado, colocando travão em quaisquer tendências totalitárias do ANC.

De Klerk precisa agora

de saber estar por inteiro à altura das promessas feitas, sob pena de a extrema-direita branca, relativamente neutralizada aquando das eleições de Abril do ano passado, ganhar força e de a situação na África do Sul se encaminhar para os profundos confrontos que se receavam quando o ano passado todos os cidadãos foram chamados às urnas.

De qualquer modo, é extraordinariamente difícil o trabalho conjunto de duas formações políticas que durante décadas se enfrentaram de forma feroz, tendo um professor sul-africano de Ciências Políticas, Willie Breytenbach, comentado ontem que o Governo de Unidade Nacional é qualquer coisa de tão excepcional como se o Likud e a OLP se coligassem para dirigir Israel.

Até agora, tem sido quase como que uma lua de mel, mas no futuro é de admitir que as crises se sucedam, principalmente quando os políticos mais radicais do ANC decidirem insistir em que a situação da maioria negra do país não está a melhorar tanto quanto esperavam. E é certo que, sem uma grande injeção de capital estrangeiro, o desemprego continuará a ser grande durante os próximos dois ou três anos.

Entretanto, o Presidente Mandela visita na próxima semana a Índia, que foi um dos maiores inimigos externos do "apartheid" e que logo em 1948 impôs sanções à África do Sul, onde Gandhi vivera durante 21 anos e iniciara a sua política de resistência não-violenta contra a opressão. ■

Jorge Heitor

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

VIA AÉREA
PAR AVION

5...

I M P R E S S O

